

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1012756-53.2015.8.26.0566
Classe - Assunto	Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução
Requerente:	Antonio Wagner Donizeti Pessan e outro
Requerido:	Milton Aparecido Nais e outro

ANTONIO WAGNER DONIZETI PESSAN E OUTRO ajuizou ação contra **MILTON APARECIDO NAIS E OUTRO**, alegando, em resumo, que adquiriu um torno, que foi entregue e instalado no pavilhão do réu, estabelecendo-se uma sociedade entre ambos, pois trabalharia com essa máquina em benefício próprio e do réu, incumbindo a este a elaboração de um contrato, o qual apresentou cláusulas desleais e que não espelhavam a realidade do vínculo. De todo modo, segundo afirma, houve desinteligência entre ambos, prejudicando a manutenção da sociedade, razão pela qual almeja seu desfazimento e a apuração dos prejuízos experimentados e dos lucros que deixou de auferir.

Indeferiu-se a pretendida tutela provisória.

O réu foi citado e contestou o pedido (fls. 72/87), afirmando que adquiriram em conjunto o equipamento, incumbindo-lhe o pagamento do preço, enquanto ao autor caberia prestar serviços para o próprio contestante e também para terceiros, obtendo renda que proporcionaria o pagamento de sua parcela (metade) no preço da máquina, sendo que houve mesmo utilização mas não o repasse de lucros obtidos pelo autor. Impugnou os valores pecuniários almejados.

Manifestou-se o autor.

A tentativa de conciliação foi infrutífera.

As partes foram interrogadas em juízo.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Não se trata propriamente de dissolução de sociedade, mas de uma parceria.

1012756-53.2015.8.26.0566 - lauda 1

PODER JUDICIÁRIO**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Não houve intenção de constituírem uma sociedade empresária, de fato ou de direito. Não almejam o estabelecimento de uma empresa, diversa daquela já existente, mas apenas a conjugação de esforços comuns no exercício de uma atividade profissional por intermédio de uma empresa já existente, sem criação de outra pessoa, a sociedade, de fato ou de direito.

É fato incontroverso, admitido por ambas as partes, que houve estabelecimento de um ajuste, uma parceria na aquisição e utilização do equipamento, comprado em nome do autor, com desembolso de valores pelo réu, e instalação no estabelecimento industrial deste. O equipamento seria operado pelo autor, produzindo serviços em favor do réu, para reembolso de parcela do preço de aquisição, e também de terceiros, em benefício exclusivo do autor, conforme alegação deste (fls. 440), havendo a respeito contrariedade do réu, que afirma que haveria partilha do lucro (fls. 441).

A parceria perdurou por curto espaço de tempo, cerca de oito meses (fls. 440), inconsistente discutir-se agora a partilha de lucros, pois dependente de apuração. Por outras palavras, a discussão sobre direito de um ou de outro sobre lucros depende, antes, da apuração da existência de lucros partilháveis.

A máquina foi adquirida em nome do autor, com cláusula de reserva de domínio, e foi retomada pela vendedora, por falta de pagamento do preço (fls. 18/20 e 440).

A parceria já se desfez concretamente e não mais interessa às partes sua manutenção ou revigoração. Cumpre apenas regular os efeitos jurídicos do desfazimento.

É indispensável apurar os serviços executados pelo autor, com o equipamento, seja em favor do réu, seja em benefício de terceiros, e quantificar a parcela cabente a cada qual, ponderando inclusive o desembolso de parcela inicial pelo réu, na aquisição. A apuração será feita em liquidação de sentença, pelo procedimento comum ou, se inviável, por carência documental, mediante arbitramento.

Rejeita-se o pedido indenizatório por lucros cessantes, porque finda a parceria caberá a qual a partilha do resultado obtido, não se podendo concluir que, encerrada a parceria, um haveria de indenizar o outro pela expectativa que poderia ter de obter lucros maiores, se preservada a parceria. Aliás, interessando a ambos a regulamentação dos efeitos do encerramento da parceria, sem propósito atribuir-se lucros cessantes a qualquer deles.

Defere-se ao autor o benefício da gratuidade processual, haja vista a presunção de necessidade decorrente da subscrição de declaração própria, juntada a fls. 375.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Diante do exposto, **acolho em parte o pedido** e decreto a dissolução da parceria entre autor e o réu, em torno da aquisição e utilização do torno CNC e seus acessórios, relegando para a etapa de cumprimento da sentença a apuração do resultado pecuniário cabente a cada qual, mediante o procedimento comum ou, se inviável, por carência documental, mediante arbitramento. Mas rejeito o pedido indenizatório por lucros cessantes.

E mantém-se o indeferimento do pedido cautelar, de apreensão do equipamento, inconciliável com o objeto da lide e, ademais, a esta prejudicado, ante a informação de retomada do objeto pela vendedora.

Vencido em parte qualitativa superior, responderá o réu por 2/3 das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, desde que demonstradas, e dos honorários advocatícios do patrono do autor, fixados em 10% da fração de 2/3 do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

Responderá o autor por 1/3 das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e por honorários advocatícios do patrono do réu, fixados em 10% sobre o valor atualizado do qual decaiu, R\$ 6.095,00. A execução das verbas processuais, perante o beneficiário da gratuidade da justiça, porém, **fica suspensa**, nos termos do artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 12 de dezembro de 2017.



Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA